

## TERRITÓRIOS DA CIDADANIA: OS MOVIMENTOS SOCIAIS JUVENIS NO BRASIL

*Territorios de la ciudadanía: los movimientos sociales juveniles en Brasil*

Lara Pires Weissbock<sup>1</sup>

Recebido em: novembro de 2017

Aceito e publicado em: dezembro de 2017

### Resumo

O presente artigo tem como objetivo discutir o movimento social Primavera Secundarista, ocorrido no Brasil a partir de 2015, tendo como pano de fundo discussões acerca do território e as relações de poder nele imbuído, bem como de identidade ligada a manifestação da territorialidade, em específico das juventudes brasileiras, a partir dos movimentos de “ocupação” que iniciaram nas escolas e se espalharam para outros espaços. As discussões sobre o território e territorialidade se dão a partir dos estudos de Raffestin (1993), Albagli (2004), Haesbaert (2004), Schneider e Tartaruga (2004), Haesbaert (2005), Silva (2006), Saquet e Sposito (2009) e Saquet (2015). E, a análise acerca das especificidades do movimento social juvenil Primavera Secundarista ocorrido no Brasil, a partir de 2015, a partir de Rabat (2002), Turra Neto (2011) e UBES (2016).

**Palavras-Chave:** Territorialidade; Juventude; Movimentos Sociais.

### Abstract

*El presente artículo tiene como objetivo discutir el movimiento social Primavera Secundarista, ocurrido en Brasil a partir de 2015, teniendo como telón de fondo discusiones sobre el territorio y las relaciones de poder en él imbuído, así como de identidad ligada a la manifestación de la territorialidad, en específico De las juventudes brasileñas, a partir de los movimientos de "ocupación" que iniciaron en las escuelas y se extendieron a otros espacios. Se traza, incluso, un panorama histórico de algunos movimientos sociales ocurridos a nivel internacional, a partir de 2010. Las discusiones sobre el territorio y territorialidad se dan a partir de los estudios de Raffestin (1993), Albagli (2004), Haesbaert (2004), Schneider y Tortuga (2004), Haesbaert (2005), Silva (2006), Saquet y Sposito (2009) e Saquet (2015). El análisis acerca de las especificidades del movimiento social juvenil Primavera Secundarista ocurrido en Brasil, a partir de 2015, a partir de Rabat (2002), Turra Neto (2011) y UBES (2016).*

**Key-words:** Territorialidad; Juventud; Movimientos Sociales.

## INTRODUÇÃO

Ao longo da história da humanidade, os movimentos sociais sempre representaram os impulsos da busca pela mudança social, originando-se principalmente de crises nas condições de vida e desconfiança nas instituições políticas, fazendo com que as pessoas se envolvam em ações

coletivas fora dos canais institucionais com o objetivo de buscar a mudança. E esses movimentos desencadeados por emoções, mesmo que representem um risco à manutenção da ordem social, e que muitas vezes tem as instituições políticas expressando suas relações de poder pela intimidação e mesmo o uso da força, faz com que os manifestantes superem o medo e desafiem os poderes construídos.

A análise do movimento social Primavera Secundarista ocorrido no Brasil, a partir de 2015, passam a ser o foco de análise neste momento, tendo como pano de fundo discussões acerca do território e as relações de poder nele imbuído, bem como de identidade ligada a manifestação da territorialidade, em específico das juventudes brasileiras, a partir dos movimentos de “ocupação” que iniciaram nas escolas e se espalharam para outros espaços.

Movimentos estes, impulsionados por inconformidades das massas, para além de crises econômicas ou pelo sistema político vigente, mas pela arrogância daqueles detentores desses poderes. Movimentos que primeiramente iniciaram-se com poucos até transformarem-se em redes de milhares.

Em um primeiro momento, faz-se discussões sobre o território e territorialidade se dão a partir dos estudos de Raffestin (1993), Albagli (2004), Haesbaert (2004), Schneider e Tartaruga (2004), Haesbaert (2005), Silva (2006), Saquet e Sposito (2009) e Saquet (2015). E, em um segundo momento, análise do movimento social juvenil Primavera Secundarista ocorrido no Brasil, a partir de 2015, a partir de Rabat (2002), Turra Neto (2011) e UBES (2016).

### **Território e territorialidade: para compreender os movimentos sociais**

O território há muitos anos tem sido utilizado como conceito/categoria basilar nas discussões que permeiam os objetos de estudo da ciência geográfica. O que é compreensível à medida que vislumbramos a flexibilidade que lhe é conferida à análise desses objetos de acordo com o contexto histórico em que essas discussões ocorrem. E, neste momento, apropria-se deste para discuti-lo, inclusive, a partir de um de seus desdobramentos, no caso, a territorialidade.

Para Haesbaert (2004, p. 1), o conceito de território surge com uma dupla conotação, enquanto materialidade (terra, concreto, físico, palpável) e símbolo (satisfação por parte de quem o possui e/ou de quem não o possui).

Neste sentido, Haesbaert (2005, p. 6774-6775) indica que o território tem a ver “[...] com poder, mas não apenas ao tradicional ‘poder político’. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação”. Assim, o valor simbólico do território é carregado das marcas do “vivido” e do valor de uso, e o valor concreto do território é carregado daquilo que é funcional e vinculado ao valor de troca.

Importante para compreender as reflexões aqui propostas, é também atentar a questões pontuais que aqui interessam, acerca de especificidades do território. Schneider e Tartaruga (2004, p. 9), em menção aos trabalhos de Lefebvre que caracteriza o território apropriado, afirmam que são:

[...] aqueles utilizados, ou apropriados, para servir as necessidades e as possibilidades de uma coletividade. Assim, os territórios apropriados possibilitariam uma “apropriação” simbólica e identitária, além de funcional, desses espaços, portanto, uma apropriação que só pode ter início no “lugar” de cada indivíduo.

E, os territórios dominados são “aqueles espaços transformados e, também, dominados, quase sempre fechados”, segundo estudos de Lefebvre (*apud* SCHNEIDER E TARTARUGA, 2004, p. 9). E, mesmo não existindo a necessidade de haver a posse para caracterizar os territórios dominados, têm formas de coerção econômica e política (não-institucionalizadas) “[...] que fazem surgir espaços dominados dentro de espaços públicos, e que muitas vezes tem forte legitimidade perante a população em geral” (SCHNEIDER E TARTARUGA, 2004, p. 10).

Importante frisar que todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, funcional e simbólico, “pois exerce domínio sobre o espaço tanto para realizar ‘funções’ quanto para produzir ‘significados’” (HAESBAERT, 2004, p. 3). E, para além disso, mais importante do que esta caracterização genérica é a percepção das suas variações conforme o contexto histórico e geográfico.

Os conceitos de território e territorialidade são fundamentais para a Geografia por expressarem à espacialidade humana. No caso da Geografia há a tendência em “ênfatar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (que deve[ria] incluir a interação sociedade-natureza” (HAESBAERT, 2004b, p. 37).

Observa-se no território, uma polissemia conceitual, sendo possível agrupa-la em três vertentes: a primeira é a política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa a todas as relações espaço-poder institucionalizadas) em que é:

[...] a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado. (HAESBAERT, 2004b, p. 40).

A segunda vertente é a cultural ou simbólica-cultural que [...] prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização

simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido. (HAESBAERT, 2004b, p. 40). E, por último, a econômica, menos difundida, que enfatiza:

[...] a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo. (HAESBAERT, 2004b, p. 40).

Para Raffestin (1993), ao abordar o território aborda-se também o poder, pois ao considerar o território como o campo das relações, implica também considera-lo um campo de poder. O autor se coloca a favor de distintas variantes do poder para além da atuação do Estado, em que o poder está nas relações entre as ações do Estado, de instituições, empresas, bem como nas relações sociais da vida cotidiana, as quais visam o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas.

E sobre este poder, Haesbaert (2004, p. 93) afirma que:

O poder não pode de maneira alguma ficar restrito a uma leitura materialista, como se pudesse ser devidamente localizado e “objetificado”. Num sentido também aqui relacional, o poder como relação, e não como coisa a qual possuímos ou da qual somos expropriados, envolve não apenas as relações sociais concretas, mas também as representações que elas veiculam e, de certa forma, também produzem. Assim, não há como separar o poder político num sentido mais estrito e o poder simbólico.

Para Saquet e Sposito (2009, p. 73), o território “é objetivado por relações sociais, de poder e dominação, o que implica a cristalização de uma territorialidade, ou de territorialidades, no espaço, a partir de diferentes atividades”. E quanto a territorialidade, segundo Saquet e Sposito (2009) está enquanto uma das qualificações e adjetivações do território designa a qualidade auferida pelo território de acordo com sua utilização ou apreensão pela sociedade ou pelos indivíduos.

Silva (2006, p. 223) aponta que “os conceitos de território e territorialidade, no sentido de espaço ou área definida e caracterizada por relações de poder, estão interligados”, em que a noção de “poder, domínio ou influência de vários agentes (políticos, econômicos e sociais) no espaço geográfico expressa a territorialidade”. Logo, “o território é o espaço que sofre o domínio desses agentes, e à forma como eles moldam a organização desses territórios chamados territorialidades”.

Aqui nos interessa olhar à territorialidade a partir de quatro níveis correlatos:

a) como **relações** sociais, identidades, diferenças, redes, malhas, nós, desigualdades e conflitualidades; b) como apropriação do espaço geográfico, concreta e simbolicamente, implicando dominações e delimitações precisas ou não; c) como comportamentos, objetivos, metas, desejos e necessidades e, por fim, d) como **práticas** espácio-temporais, pluridimensionais, efetivadas nas relações sociedade-natureza, ou seja, relações sociais dos homens entre si (de poder) e com a natureza exterior por meio dos mediadores materiais (técnicas, tecnologias, instrumentos, máquinas...) e imateriais (conhecimentos, saberes, ideologias...). A territorialidade é processual e relacional ao mesmo tempo (SAQUET, 2015, p. 107-108).

Partindo dessas mesmas premissas, outros autores também tratam a respeito. Santos (2009), por exemplo, afirma que dada à complexidade da sociabilidade humana nas mais diversas escalas, tanto geográficas quanto sociais, a territorialidade dos grupos humanos pode ser estruturada por “um sentido de *identidade espacial*, um sentido de *exclusividade* e uma compartimentação da *interação humana* no espaço” (SANTOS, 2009, p. 6, *apud* Soja, 1971, p. 34).

Raffestin (1993) reivindica uma dimensão social maior, uma vez que a relação homem-meio deve ser enfocada pelo prisma da classe social e do contexto histórico. Logo, compreende-se que a vida é tecida por um conjunto de relações com a exterioridade, originadas “num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo” (RAFFESTIN, 1993, p. 160).

Assim como Saquet (2015, p. 113) trata que as territorialidades “[...] estão diretamente vinculadas às identidades e às diferenças, sem se deslocarem das temporalidades, por isso, são pluridimensionais, ou seja, corresponde às relações sociais, às apropriações, às aspirações e às práticas espácio-temporais econômicas, políticas, culturais e ambientais [...]”. Ademais, que:

Há múltiplas atividades e territorialidades em nossa vida cotidiana, produto e condição da totalidade existente entre os níveis local, regional, nacional e internacional: as dinâmicas escalar (a real) e a reticular não são excludentes. Elas acontecem ao mesmo tempo, articulando sujeitos, lugares, territórios em redes próximas e distantes, formando cruzamentos (*crocevia* e *incrocio*), nós e malhas que estão na base da formação de qualquer territorialidade e território em qualquer relação espaço-tempo [...]. (SAQUET, 2015, p. 114).

Albagli (2004, p. 27) também faz menção a isso, afirmando que a territorialidade se refere, inclusive, a:

Às relações entre um indivíduo ou grupo social e seu meio de referência, manifestando-se nas várias escalas geográficas – uma localidade, uma região ou um país – e expressando um sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de um dado espaço geográfico.

Para esta mesma autora, a territorialidade pode ser compreendida tanto no nível individual quanto no coletivo, em que “[...] no nível individual, territorialidade refere-se ao espaço pessoal imediato, que em muitos contextos culturais é considerado um espaço inviolável” e, no coletivo “[...] a territorialidade torna-se também um meio de regular as interações sociais e reforçar a identidade do grupo ou comunidade” (ALBAGLI, 2004, p. 27). E estas questões sobre a territorialidade nos níveis individual e coletivo, são pontuais a serem inquiridas no *locus* de estudo aqui propostas.

Saquet e Sposito (2009, p. 88) também faz menção a coletividade como característica da territorialidade, em que:

[...] é um fenômeno social que envolve indivíduos que fazem parte do mesmo grupo social e de grupos distintos. Nas territorialidades, há continuidades e descontinuidades no tempo e no espaço; as territorialidades estão intimamente ligadas a cada lugar: elas dão-lhe identidades e são influenciadas pelas condições históricas e geográficas de cada lugar.

A territorialidade é condicionada, segundo Albagli (2004, p. 29), “[...] por normas sociais e valores culturais, que variam de sociedade para sociedade quanto de um período para o outro”. E, partindo destes mesmos pressupostos, Souza (1995, p. 99) afirma que a territorialidade, no singular, remete “[...] a algo extremamente abstrato: aquilo que faz de qualquer território um território, isto é, relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial [...]”, e ainda ao sentimento de “pertencer àquilo que nos pertence”.

E, para além dessas especificações (breves) acerca da territorialidade, é imprescindível compreender que:

[...] Cada relação social que vivemos cotidianamente concretiza-idealiza as territorialidades e temporalidades, sejam elas associativas, familiares, religiosas, pactuais, concorrenciais, empresariais ou cooperativas, envolvendo relações de poder, redes, nós, identidades e diferenças, juntamente com nossa natureza inorgânica que está sempre presente como animalidade e espiritualidade nas nossas construções sociais [...], conferindo um caráter (i)material-pluridimensional ao território, à territorialidade e à temporalidade. A territorialidade é cada vez mais complexa e plural em virtude da diversidade identitária, das diferenças, das relações políticas, dos regionalismos, dos processos econômicos, técnicos, tecnológicos e ambientais. (SAQUET, 2015, p. 119).

A territorialidade é um valor bem particular que remete à multidimensionalidade de viver o territorial. Essas múltiplas dimensões se relacionam ao “vivido” territorial dos sujeitos de uma

coletividade e, este “vivido” é mediatizado, simétrica e dissimetricamente, com a exterioridade. A territorialidade pressupõe a alteridade, ou seja, o homem social interage e interdepende do outro.

Pois bem, tendo aqui tratado sobre alguns olhares que são lançados à análise do território e da territorialidade, parte-se destes pressupostos para analisar os movimentos sociais, especificadamente os dos jovens brasileiros, fruto de indignações e busca pelo direito à voz.

### **Os movimentos sociais no Brasil: juventudes em luta!**

Para Rabat (2002), as recorrentes rupturas políticas, econômicas e sociais no Brasil, ocorridas desde a abolição da escravatura e até a implementação da República, tiveram as mobilizações juvenis com papel preponderante. Para ele, a disposição juvenil para o progresso ultrapassou a dimensão dos fatos em si, tornando-se uma força simbólica importante nos processos de renovação social brasileira. “A juventude, como fator de mudança e de aceleração da história, foi constantemente invocada em nossa história” (RABAT, 2002, p. 4).

Para Turra Neto (2011, p. 10), a condição juvenil “é uma efervescência dialética” passando, portanto, “por um misto de prazer e sofrimento, abertura e fechamento ideológico, gozo pela mobilidade e ânsia por fixação”. O autor considera, assim, que a cidade é o “principal fertilizante e cadinho” em que o “espaço geográfico é forçado, pelas condições da vida, a ser dimensão do ‘estar-junto’, da possibilidade da coexistência e das exclusões forçadas ou negociadas, que tem na cidade sua expressão mais acabada”. Além disso, as identidades juvenis se constituem nas inter-relações espaciais, “as quais co-produzem as identidades e definem as articulações dos lugares que as abrigam” (TURRA NETO, 2011, p. 10).

Debruçando-nos à análise dos movimentos sociais atuais ocorridos no Brasil, segundo Castells (2013), eles emergiram sem líderes, de forma espontânea e sem partidos ou sindicatos em sua organização. Dos mais recentes, no Brasil tem-se a indignação com relação aos altos preços do transporte público, com o movimento do Passe Livre, “Não são os centavos, são nossos direitos”; com a Copa do Mundo, “Trocamos dez estádios por um hospital decente”; em um clima fraterno nas redes e percebido nas ruas, houve a defesa dos direitos dos “[...] povos indígenas massacrados pela indiferença pública numa Amazônia espolida” (CASTELLS, 2013, p. 145); o Brasil com um modelo neodesenvolvimentista que não compreende que deve haver uma melhoria no ensino e na saúde; em 2013 em que as instituições políticas, a classe política, em sua grande maioria, rechaçou os movimentos como sendo demagógicos e irresponsáveis. E mesmo assim, jovens arriscavam a dizer “Basta de corrupção política e de pseudodemocracia” (CASTELLS, 2013, p. 146); e, não com o intuito de fechar as discussões sobre o tema dos tantos movimentos sociais brasileiros, mas sim de focar no objeto de estudo desta pesquisa.

Desde novembro de 2015, estudantes Brasil afora encabeçaram protestos com o objetivo de denunciar o sucateamento da educação, buscando chamar a atenção da opinião pública, mesmo enfrentando medidas autoritárias das mais diversas instituições políticas e de arte da sociedade civil: ocupando escolas! E concomitantemente, com a realização de rodas de debate, cronograma de atividades diferenciado e disposição para participar das ações autogestionadas, surgiu a Primavera Secundarista, que impulsionou os movimentos de ocupação, e contando com mais de mil escolas mobilizadas no Brasil.

Segundo a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES):

[...] depois de semanas dormindo nas escolas, comendo macarrão, enfrentando direções de colégio autoritárias, a pressão da polícia militar e a arbitrariedade da mídia, as ocupações construíram um novo capítulo de luta e resistência da juventude contra os ataques à democracia e à educação brasileira (UBES, 2016, p. 1).

O movimento resistiu à Medida Provisória 746, a qual chamaram de “deforma” do Ensino Médio, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/PEC 55, e a Lei da Mordaza (projeto de lei “Escola sem Partido”).

Em novembro de 2015, apenas com dez dias de mobilização o Estado de São Paulo já tinha mais de 78 escolas ocupadas na capital, região metropolitana e no interior (UBES, 2016). Este movimento foi encabeçado por estudantes, apoiados por pais e professores, em reivindicação a:

[...] “reorganização” imposta pelo governador Geraldo Alckmin, que quer fechar 94 escolas e afetar a vida 311 mil estudantes e 74 mil professores. Em solidariedade estudantes de outros estados como Maranhão, Minas Gerais, Paraná e Bahia realizaram manifestações dentro de suas escolas e mandaram vídeos e fotos de apoio (UBES, 2016, p. 1).

Segundo a UBES (2016) o movimento se caracterizou como espontâneo e os estudantes organizados pelos Grêmios ou de forma coletiva se mostraram protagonistas das ocupações, “[...] organizando as atividades, turnos de limpeza, segurança, cozinha e principalmente a comunicação de forma bastante democrática em assembleias. As entidades estudantis tem dado apoio, percorrido escolas, recolhido doações e oferecido assessoria jurídica” (UBES, 2016, p. 1).

Nestes movimentos em São Paulo, durante audiências realizadas entre os estudantes, foram organizadas formas de solicitar doações à população, em que, além de alimentos e itens de limpeza, também solicitavam assessoria jurídica, indicando que “muitos estudantes e professores



foram detidos pela Polícia Militar nos últimos dias por participarem das ocupações escolares em São Paulo" (UBES, 2016, p. 1). Um dos “gritos” deste movimento foi “não reforme nossas escolas, reforme o seu governo!” (UBES, 2016, p.1).

Em uma retrospectiva sobre algumas vitórias da Primavera Secundarista, no ano de 2016, em Minas Gerais, sob a palavra de ordem “Ocupar e Resistir!”, a inspiração do movimento se deu no protagonizado pioneiramente em São Paulo. Após 10 dias de ocupação, os secundaristas conseguiram derrubar a decisão de dividir o prédio de escola pública com colégio militar, em que os estudantes reivindicavam que ao implementar a sede de um colégio militar junto àquela instituição estadual, retiraria vagas dos secundaristas da comunidade, que não teriam outra instituição pública para frequentar nas proximidades, uma vez que os colégios militares somente fornecem vagas para filhos de militares.

Em Goiás, também com o lema “Ocupar e Resistir!”, os secundaristas foram emblemáticos na luta contra a terceirização da educação de Goiás, em que a proposta do governador e a secretária de Educação era a transferência da administração escolar para Organizações Sociais (OSs). Com esse movimento social, o governador e a secretária acabaram por admitir que “[...] nenhuma entidade que se candidatou para cuidar das escolas estava apta para tarefa, conforme resultado do processo divulgado” no dia 23 de março de 2016 (UBES, 2016, p. 6).

Sem férias, os estudantes passaram mais de dois meses ocupando 28 colégios contra a proposta do governo de ceder a administração de mais de 300 instituições públicas de ensino para Organizações Sociais (OSs), além de ampliar as escolas militares. Depois de desencadear uma verdadeira Primavera Secundarista em Goiás, o próximo passo do movimento estudantil é fortalecer a democracia e a participação nos espaços de poder nas escolas. (UBES, 2016, p. 7).

Em maio de 2016, estudantes do comando das escolas ocupadas no Rio de Janeiro pressionaram e foram recebidos pelo secretário e seu chefe de gabinete. Foram quase cinco horas de audiência, em que os secundaristas apresentaram as pautas centrais das mais de 60 instituições ocupadas em todo o estado do Rio de Janeiro, saindo vitoriosos com o comprometimento da Secretaria de Educação, segundo a UBES (2016). Para uma das secundaristas que participou do movimento:

O sentimento é que estamos fazendo história, derrubamos direções ditadoras, mostramos que os secundaristas têm voz para construir a escola que queremos. Derrubamos ainda o SAERJ, uma prova meritocrata que não dialogava com a nossa realidade”, acrescentou a presidenta da União Estadual dos Estudantes Secundaristas (UEES-RJ), Ana Karoline Carpes. “Não terminamos, esse é apenas o começo, deixaremos um legado pela educação construído pela luta unifica dos estudantes”, finalizou (UBES, 2016, p. 10).

A Primavera Secundarista cearense se iniciou em maio de 2016, e em junho permanecia mobilizada nas 59 escolas ocupadas no estado reivindicando a baixa qualidade da merenda, melhorias na infraestrutura, eleições diretas para diretor escolar, passe livre estudantil e em apoio à greve dos professores. Segundo a UBES (2016, p. 14), algumas exigências dos estudantes foram atendidas, no entanto:

[...] os secundaristas afirmam que problemas básicos ainda não foram resolvidos, como conta a estudantes do 9º ano, Isla Maria, que ocupa há mais de um mês a estadual José Alves de Figueiredo, no Crato. “Conseguimos dar andamento à reforma dos banheiros, no entanto, ainda esperamos a reforma do laboratório de informática, o envio de novos computadores e a reforma da biblioteca que esperamos há mais de um ano. Também pressionamos pelo Plano Estadual de Educação”, declarou. (UBES, 2016, p. 14).

No Rio Grande do Sul, após 24 horas de resistência na Assembleia Legislativa, ocupada no dia 13 de junho de 2016, os secundaristas saíram vitoriosos e firmaram acordo com o Governo do Estado, que se “[...] recusava a dialogar com os estudantes mesmo após a ocupação de mais de 170 instituições de ensino, não teve outra opção a não ser dialogar com o movimento estudantil. Após pressão do movimento, ele recuou [...] e resolveu atender as principais pautas do movimento” (UBES, 2016, p. 15).

Para a secundarista Ana Paula Santos, do Colégio Estadual Protásio Alves, as conquistas foram um marco para a educação gaúcha. “No estado do Rio Grande do Sul, vivemos um momento histórico protagonizado pelo movimento estudantil. Conseguimos dar uma aula de cidadania, mostramos o que é ocupar uma escola! A PL 44, por exemplo, atingiria diversos setores e quem de fato emparedou o governo para que não fosse votada nesse ano foram os secundaristas”, enfatizou (UBES, 2016, p. 15).

No Mato Grosso, após meses de luta contra a implementação das Parcerias Público Privadas (PPPs) nas escolas do estado, os secundaristas conseguiram a suspensão do edital das PPPs. Em agosto de 2016, a UBES publicou em seu site oficial:

O movimento estudantil resiste há mais de 60 dias pela retirada das PPPs nas 29 escolas ocupadas, enfrentando medidas arbitrárias do governo autoritário de Pedro Taques (PSDB), que tentou combatê-los por meio da truculência policial e até mesmo com corte de luz e água nas ocupações. O presidente da Associação Mato-grossense dos Estudantes Secundaristas (AME), Juarez França, comemorou as conquistas e lembrou que “desocupamos nossas escolas convictos de que saímos vitoriosos, mas permaneceremos em luta! Somos jovens, somos estudantes com milhares de sonhos e um deles é o da educação pública de qualidade!”. (UBES, 2016, p. 25).

No Amazonas, cerca de 70 estudantes ocuparam, em junho de 2016, a Secretaria de Educação. Após os secundaristas terem denunciado casos como o desvio de verba da Associação de Pais, Mestres e Comunitários a pressão pela pauta de reivindicação, o governador se comprometeu com os estudantes a implementar a Lei do Grêmio Livre, garantir a participação na Associação de Pais, Mestres e Comunitários e debater a reformulação do ensino médio, que eram as pautas do movimento.

Em julho de 2016, cerca de 350 secundaristas de doze colégios do município de Simões Filho e de Salvador, cobravam medidas contra o sucateamento na Bahia, estudantes ocupam escolas e pressionam Secretaria de Educação, denunciando demissões de funcionários terceirizados e redução da carga horária de aula (que com a falta de professores, algumas escolas estavam com aulas de 20 minutos).

Danilo Carvalho é estudante do 3º ano da escola ocupada e denuncia a o sucateamento. “Essa situação é a realidade de todo estado: problema do corte de gastos para compra de materiais, problema de infraestrutura e a questão pedagógica. Muitas escolas estão sem professores. Onde estudo, não tem professor de geografia desde o início do ano”, explicou. (UBES, 2016, p. 33).

No Paraná, estudantes conquistam pautas das ocupações e iniciam movimento #BetoExterminadorDoFuturo. Estudantes do município de Araçongas tomaram as ruas em junho de 2016 para:

[...] denunciar o descaso do governador do Estado [...] com a educação e cobrar a abertura de uma CPI da Operação Quadro Negro (que investigue os desvios de recursos da construção e reforma de escolas para campanha eleitoral de políticos) e a CPI Publicano (que investigue o pagamento de propina a auditores da Receita Estadual do Paraná e sonegação de impostos por parte de empresários). A atividade compõe o novo calendário de mobilizações do movimento estudantil intitulado #BetoExterminadorDoFuturo. Na última terça (14), os estudantes foram até a Assembleia Legislativa para recolher assinaturas de Deputados e pressionar a abertura das CPI's. (UBES, 2016, p. 42).

De 2015 à 2016 muitas foram as lutas, conquistas e mesmo derrotas que partiram dos movimentos sociais juvenis no Brasil, em específico os da Primavera Secundarista. Movimentos que começaram nos espaços das escolas e se expandiram a outros, representando mais do que um espaço delimitado, mas ao que já foi discutido neste texto, quando nos reportamos ao território e à territorialidade, bem como ao fato de que somos todos atores sintagmáticos que “produzimos” território (RAFFESTIN, 1993).

Neste contexto, corrobora-se com Castells (2013, p. 141) quando afirma que os movimentos sociais:

[...] vão continuar a lutar, debater, evoluir e, por fim, a se dissolver em suas atuais condições de existência, como aconteceu com todos os movimentos sociais da história. Mesmo no caso improvável de se transformarem num ator político, num partido ou em alguma forma de agência, deixarão, por isso mesmo, de existir. Porque a única questão relevante para se avaliar o significado de um movimento social é a produtividade histórica e social de sua prática e seu efeito sobre os participantes como pessoas e sobre a sociedade que ele tentou transformar. Nesse sentido, é muito cedo para avaliar o resultado final desses movimentos, embora já possamos dizer que regimes mudaram, instituições foram desafiadas e a crença no capitalismo financeiro global triunfante foi abalada, possivelmente de maneira irreversível, na mente da maioria das pessoas.

Vivencia-se, hoje, um momento histórico no sentido de mobilização e participação política por parte dos jovens, impulsionados, *a priori*, pela busca da efetivação da democracia através da manutenção de direitos adquiridos no que diz respeito, inclusive, a organização do sistema de ensino brasileiro, entre tantos outros conteúdos de reivindicação. É possível verificar, por exemplo, através das indicações aqui realizadas sobre os movimentos secundaristas de ocupação, a consciência política que têm e/ou adquiriram sobre o verdadeiro significado de “ser cidadão”. E, inclusive, da construção de uma territorialidade juvenil política como, talvez, nunca visto até os dias de hoje, pois emergiram do próprio grupo juvenil, mesmo que tenham, em algum momento, sido impulsionados por outros grupos que não os juvenis. O legado dos movimentos sociais consiste em uma mudança cultural que produziu essa ação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pondera-se, após esta discussão, que a territorialidade é um fator fundamental na identificação dos grupos dos jovens, entre os quais se inserem os jovens que participaram dos movimentos de ocupação nas escolas e outros espaços públicos, por exemplo. Este aspecto desvenda a maneira como cada grupo molda o território em que vive, o que lhes confere uma identidade coletiva.

No entanto, devemos nos atentar para o fato de que a territorialidade, enquanto processo social, não remete diretamente a uma área geográfica, mas a uma identificação que determinados grupos desenvolvem com seus "espaços vividos", nos mais distintos níveis escalares, seja na família, escola, bairro, igreja, nos e entre os países, etc.

De todos os movimentos sociais aqui tratados, da Tunísia aos movimentos da Primavera Secundarista no Brasil, algumas coisas têm em comum: independente de como são

impulsionados, se tornam um movimento ao ocupar o espaço; são simultaneamente locais e globais; são amplamente espontâneos em sua origem, geralmente desencadeiam a esperança; a passagem da indignação à esperança realiza-se por deliberação no espaço da autonomia; as redes criam companheirismo; favorecem a cooperação e solidariedade ao mesmo tempo em que reduzem a necessidade de liderança formal; são movimentos profundamente autorreflexivos, e em princípio não são violentos; raramente são pragmáticos; voltados para a mudança dos valores da sociedade; e políticos num sentido fundamental.

Considera-se que é irreversível, seja no Brasil ou no mundo, o empoderamento dos cidadãos, a autonomia comunicativa adquirida e experienciada, assim como a consciência dos jovens.

## REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita. Território e Territorialidade. *In*: LAGES, Vinícius; BRAGA, Christiano; MORELLI, Gustavo (orgs.). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relumes Dumará. Brasília, DF: SEBRAE, 2004.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da Internet**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.

HAESBAERT, Rogério. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. Universidade de São Paulo. 2005. Disponível em: <[http://www.planificacion.geoamerica.org/textos/haesbaert\\_multi.pdf](http://www.planificacion.geoamerica.org/textos/haesbaert_multi.pdf)>. Acesso em 1º de junho de 2013.

\_\_\_\_\_. **Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

RABAT, Márcio Nuno. **A participação da juventude em movimentos sociais no Brasil**. 2002. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/arquivos-pdf/pdf/207706.pdf>>. Acesso em 23 de novembro de 2016.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. Apresentação. *In*: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: UNESP. 2009.

\_\_\_\_\_. Por uma abordagem territorial. *In*: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs.). **Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflitos**. Editora Consequência. 2ª ed. 2015.

SCHNEIDER, Sergio; TARTARUGA, Iván Gean Peyré. **Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais**. Paraíba:

2004. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/393.pdf>>. Acesso em: 20 de junho de 2013.

SILVA, Jeane Medeiros. **A constituição de sentidos políticos em livros didáticos de geografia na ótica da análise do discurso**. 2006. 275f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Uberlândia. 2006.

TURRA NETO, Nécio. **Múltiplas trajetórias juvenis: territórios e rede de sociabilidade**. Jundiá. Paco Editorial: 2012.

UBES, União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Brasil). **Primavera Secundarista: a luta de quem ocupa as escolas do Brasil**. 2016. Disponível em: <<http://ubes.org.br/2016/primavera-secundarista-a-luta-de-quem-ocupa-as-escolas-do-brasil/>>. Acesso em: 01 ago. 2017

---

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia e Mestre em Geografia. Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual do Centro Oeste – UNCIENTRO. E-mail: Prof.larapires@gmail.com.